

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA: UM ESTUDO À LUZ DO DESENVOLVIMENTO MORAL DE JEAN PIAGET

Daniele Sabe¹

Resumo

Este texto constitui-se como parte integrante da pesquisa realizada durante o Mestrado em Educação, a partir da dissertação intitulada A Educação Socioambiental e o Curso de Pedagogia. Com o intuito de contribuir para as reflexões em torno da Educação Ambiental no âmbito escolar, objetivamos traçar nesse artigo, alguns princípios norteadores, estabelecendo um paralelo entre determinados aspectos dos estudos de Piaget sobre o desenvolvimento moral da criança e os princípios do Tratado de Educação Ambiental - definido durante a construção da Agenda 21, em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. A Educação Ambiental é uma necessidade da educação contemporânea e, em consequência um importante trabalho a ser realizado com as crianças de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Desta forma, o presente artigo pretende contribuir para o processo de consolidação da ampliação da qualidade pedagógica da Educação Ambiental no Brasil.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Piaget. Educação Moral.

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE SCHOOL: A STUDY BASED IN THE MORAL DEVELOPMENT OF JEAN PIAGET

Abstract

This text is part of the research carried out during the Education MSc, from the dissertation entitled The Socio-environmental Education and the Pedagogy Course. With the purpose of contribute to the reflections surrounding the Socio-environmental Education at school, we aimed to draw in this article some guiding principles, establishing a parallel between certain aspects of Piaget's studies about the moral development of the child and the principles of the Environmental Education Treaty - defined during the construction of the Agenda 21 in 1992 in the city of Rio de Janeiro, Brazil. The Socio-environmental Education is a necessity of the contemporary education, and consequently an important job to be done with the children at this stage of their development. Therefore, this article aims to contribute to the consolidation process of expanding the pedagogical quality of the Environmental Education in Brazil.

Key-words: Environmental Education. Piaget. Moral Education.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Contato: danisaheb@yahoo.com.br.

Introdução

Por que as atitudes dos indivíduos em relação ao meio ambiente nem sempre condizem com valores como o respeito, a solidariedade e a cooperação? Em diferentes lugares do mundo, situações que retratam a violação do que acreditamos serem deveres, como as atitudes que revelam os valores éticos e morais, geram indignação e inquietações. As virtudes, consideradas fundamentais para a qualidade da vida em sociedade, são também princípios da Educação Ambiental.

Na tentativa de responder a questão anteriormente descrita, e, aprofundar nossa reflexão, lembramos o quanto as sociedades se modificam e se transformam ao longo do tempo, o que pode ser facilmente constatado por meio de um breve resgate na história. Com efeito, estas mudanças podem ser superficiais ou profundas, lentas ou rápidas, instantâneas ou gradativas. Podemos ainda, dizer que a sociedade atual se caracteriza pelo avanço técnico-científico e informacional que lhe confere peculiaridades nunca antes imaginadas. Em contrapartida, é a sociedade do ter em detrimento do ser, da rapidez desenfreada, da competição acirrada, e, porque não dizer, marcada por profundas crises. Estes aspectos caracterizam as sociedades do mundo contemporâneo, que, impulsionadas por uma radical transformação ocorrida nos modos de vida e padrão de consumo do homem, convivem com um cenário de degradação ambiental, o qual acarretou uma crise ambiental. Realizada em uma escala nunca antes vista e num nível temerário para sua própria capacidade de regeneração, a crise à qual nos referimos, caracteriza-se pela pressão excessiva sobre os recursos naturais e representa quase que uma síntese do que o modelo atual de civilização acarreta, tratando-se de ser também uma crise civilizatória.

Neste sentido Leff (2001), afirma que a questão está centrada na própria maneira de se ver e pensar o mundo, constituindo-se um problema epistêmico relacionado à racionalidade moderna, considerada antropocêntrica. A concepção, segundo o autor, emerge de categorias do pensamento, sendo os conceitos que indicam as condições de possibilidade do ser, da coisa e do mundo, obrigando-nos a entender as condições do ser e das coisas que tem levado a instaurar as concepções de mundo que o tem construído. Portanto, a crise da civilização, é também a crise da razão e da racionalidade moderna e que produz inúmeros reflexos em nossa sociedade, como a crise ambiental. Considerada como reflexo de uma crise do pensamento e do conhecimento (LEFF, 2001), esta crise ambiental, torna-se decorrente de uma crise moral, que mostra que esquecemos o problema da existência humana e do bem comum da humanidade.

Em decorrência desta crise, a Educação Ambiental surge, e, como os problemas ambientais são fundamentalmente problemas do conhecimento (LEFF, 2001), temos como consequência fortes implicações para a Educação. Assim sendo, a Educação Ambiental deve ocupar o lugar de um saber holístico, que atravessa todos os saberes e dialoga com eles. Com uma nova concepção de mundo, a educação ambiental deve gerar um movimento para mudar valores de convivência, provocando uma mudança de sensibilidade.

Este ensaio parte do pressuposto de que a seriedade dos problemas ambientais que afetam as sociedades é reconhecida coletivamente. As discussões, debates e eventos locais e internacionais em torno da problemática ambiental nas últimas três décadas revelam que a Educação Ambiental já tem uma história no Brasil e no mundo.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, assegura que “todos têm direito a um ambiente saudável”, e, a Lei 9795/99 declara que a Educação Ambiental deve ser implementada em todos os níveis de ensino, incorporada às propostas curriculares estaduais e a atividades escolares.

Apesar deste reconhecimento ser um avanço se comparado a décadas anteriores, o cenário de degradação e a relação estabelecida entre homem e natureza não apresentam sinais de modificação, prevalecendo ainda a relação antropocêntrica e utilitarista do homem sobre a natureza, isto é, o ser humano é o centro do universo e a natureza aqui está exclusivamente para seu uso.

Falta-nos, então, reconhecer que não vivemos só uma crise ambiental, mas uma crise moral. É preciso revisar os valores que regem as relações que se estabelecem em nosso cotidiano. A dimensão ética dos temas ambientais, de uma maneira que se propicie a reflexão a respeito dos valores, é um dos desafios com que se têm deparado os profissionais que trabalham com EA. Estamos diante de uma necessidade humana: repensar a moral e, além disso, rever as formas de relacionamento, entre os seres humanos e destes com o meio ambiente.

Diante desta realidade, certos princípios ficam questionáveis e o sentido que se atribui às ações tornam-se relativos, gerando incertezas sobre os valores que devem ser construídos inclusive no processo educativo, isto é, dentro do espaço escolar, da sala de aula. Existe uma certa indefinição sobre o que é ou não permitido, sobre o que deve ou não ser aceito.

A EA inserida nesse contexto e de acordo com seus princípios pode levar à mudança de atitudes e valores que terão fortes consequências sociais. Torna-se importante ressaltar que o maior objetivo da EA consiste em promover uma nova postura diante da vida, uma postura ética do viver, que se dedica não somente a discutir situações referentes ao esgotamento e à deterioração dos recursos naturais ou sobre a poluição ou a extinção de espécies. Trata-se de uma nova postura diante das injustiças sociais, do empobrecimento sociocultural e da desigual distribuição de renda promotora de desigualdades.

O trabalho na escola com a EA visando a mudança de comportamento, hábitos e valores, pressupõe que o docente compreenda como ocorre o desenvolvimento intelectual e moral da criança, a construção de conhecimentos e posteriormente a adaptação de atitudes.

Mas o que podemos esperar da criança, no que diz respeito às relações dela mesma com os aspectos presentes nos princípios da EA, como por exemplo, com os valores referentes à justiça, à solidariedade e à moral? Como as crianças lidam com essas questões?

Os estudos sobre o desenvolvimento moral incidem na busca de encontrar uma explicação adequada sobre os processos que orientam e definem a adoção ou a internalização de valores individuais na ação humana. Com este objetivo, diversos investigadores abordaram o tema enfatizando aspectos específicos e focalizando diferentes campos de aplicação referentes ao estudo do desenvolvimento moral. No entanto, os trabalhos que despertam nosso interesse, são os que têm como foco os aspectos cognitivos presentes no desenvolvimento moral, entre os quais destacaremos Piaget (1932). A partir dele, elucidaremos como a EA pode contribuir na formação moral de nossas crianças no contexto escolar.

Metodologia

Para realização deste estudo optamos pela pesquisa bibliográfica e documental. Primeiramente partimos da leitura das obras de Piaget (principalmente O juízo moral), quando se destacou as principais contribuições do autor no que diz respeito à construção de valores éticos e morais nas crianças em fase escolar. Em seguida ocorreu a leitura aprofundada do Tratado de Educação Ambiental - definido durante a construção da Agenda 21, em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. A escolha do documento diz

respeito a sua importância na trajetória da EA no Brasil, além de ser bastante utilizado como referência para o trabalho com a Educação Ambiental nas escolas. A obra de Piaget foi selecionada por ser o único trabalho no qual o autor aprofundou as questões específicas relacionadas ao desenvolvimento moral.

Desta forma, realizamos um paralelo entre os princípios do Tratado de Educação Ambiental e aspectos presentes nos estudos de Piaget relatados na obra *O Julgamento Moral da Criança*.

Discussão

Com o intuito de contribuímos para o avanço de uma construção teórica em EA, propomos neste artigo alguns princípios norteadores, com base na teoria de Jean Piaget sobre o desenvolvimento moral da criança, esboçando, portanto, a importante relação entre este referencial teórico e o processo pedagógico da Educação Ambiental na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Por meio de seus experimentos e observações, Jean Piaget, propôs que a forma pela qual as crianças lidam com as regras, com a justiça e a moral varia no decorrer do processo de desenvolvimento. Estudos estes divulgados na obra *O Julgamento Moral na Criança em 1932*.

Nesta obra, Piaget, concebe um conceito de desenvolvimento moral e define estágios progressivos, nos quais, os estágios superiores seriam caracterizados por uma maior autonomia do sujeito e por um senso de justiça mais equilibrado.

Entre os dezesseis princípios expressos no Tratado, elegemos seis, a fim de proporcionar um maior aprofundamento, buscando estabelecer paralelos entre eles, as idéias piagetianas e a prática pedagógica.

Princípio 1: “A Educação Ambiental é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores.”

Quando o educador assume em sala uma postura autoritária, que supõe a simples transmissão de conhecimentos, colocando-se diante da classe como o centro e a fonte máxima do saber, está violando o direito que seus alunos têm de se pronunciar. Pressupõe-se que, o docente, ao se colocar também em situação de aprendiz, passe a ouvir o que seus alunos pensam a respeito dos temas a serem trabalhados, seus interesses e suas necessidades, considerando-as como informações relevantes no processo de ensino e de aprendizagem.

Faremos agora uma alusão à concepção piagetiana, segundo a qual o desenvolvimento do juízo moral na criança, passa por uma moral heterônoma, a qual se baseia em relações unilaterais, o que implica uma desigualdade entre aquele que respeita e aquele que é respeitado. É necessário que o sujeito construa uma moral autônoma, fundada em relações de reciprocidade e respeito mútuo, predominando assim, a cooperação.

Nesse processo, a etapa inicial desenvolvimento do juízo moral infantil é denominada anomia e corresponde à fase em que há ausência total de regras. Em seguida há a fase da heteronomia, na qual as regras são de origem externa. A autonomia então, último momento do processo de desenvolvimento do juízo moral, é etapa em que a origem da regra está no próprio indivíduo e deve ser o objetivo de toda educação moral. Isso não significa que o professor deixe prevalecer uma postura permissiva em termos de valores, a partir da qual cada um pode escolher o que é certo, bom ou justo, e agir de acordo com o que julgar adequado.

Nesse sentido, é importante ressaltar porém que a criança pequena, que já se encontra inserida na escola, ainda não consegue distinguir o que pode ou não fazer.

Quando bebê, a descoberta do mundo a sua volta aconteceu por meio da ação, do movimento e das sensações. Dependeu do adulto para satisfazer suas necessidades básicas e por estes motivos, vai considerá-lo, como aquele que tudo sabe e que tudo pode.

Uma prática que ainda pode ser vista nas escolas, apresenta-nos professores que não somente afirmam, como pensam, estar trabalhando com Educação Ambiental, a partir da ênfase na transmissão de conceitos como ecossistema, habitat, nicho ecológico, entre outros. Como complemento os estudantes têm a “oportunidade” de sair para uma aula passeio e observar a natureza conservada ou depredada. Geralmente, durante a observação, não é possível tocar em nada, apenas olhar e talvez ainda, registrar o que vêem. Práticas como esta reafirmam a concepção de meio ambiente na qual o homem é um observador externo da natureza e não parte integrante do mesmo sistema (REIGOTA, 1995). Além disso, o aluno permanece como alguém passivo, que depende exclusivamente do ensino de um professor para que ocorra a aprendizagem. Esta prática, novamente torna o ensino exclusivo ao âmbito do professor e a aprendizagem ao do aluno.

Princípio 3: A EA é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

Para contribuir no processo de tornar a solidariedade e a justiça sensíveis ao coração das crianças, é necessário que o professor possibilite a elas, a vivência antes da reflexão. A classe deve ser um lugar de experimentação da realidade.

Experiência – Vivência – Realidade -----Reflexão

Por meio dos jogos as crianças experienciam e constroem a noção de regras, vivenciando a solidariedade externa e a solidariedade interna.

Segundo Piaget (1932), quando se encontram na fase da solidariedade externa os indivíduos são solidários entre si porque juntos obedecem a uma regra exterior, que é absoluta.

Mais à frente, como se estivessem em uma etapa superior no desenvolvimento moral, os indivíduos já elaboram suas regras, que são internas e que estão sujeitas a revisão e reajustes contínuos, a isso Piaget denominou de solidariedade interna.

Mas, diante destes aspectos surgem outras questões: *O que é uma regra? Quando há uma regra?*

Uma regra é um fato social, que supõe uma relação entre pelo menos dois indivíduos. Há uma regra quando a vontade de um indivíduo é respeitada pelos outros ou quando a vontade comum é respeitada por todos (PIAGET, 1932).

Voltando ao princípio e, mencionado anteriormente, quando Piaget escreveu sobre a Educação Internacional², ressaltou que esta implica em um espírito geral e permanente que deve permear a toda a educação, na busca do respeito ao coletivo e na superação do egocentrismo individual que pode se tornar coletivo..

Atualmente o problema do internacionalismo é um problema essencialmente psicológico: é necessário superar o egocentrismo coletivo o nacionalismo para criar um método de compreensão e de reciprocidade entre as nações. É necessário que cada indivíduo, sem abandonar seu ponto de vista, e sem procurar suprimir suas crenças e seus sentimentos, aprenda a se situar no conjunto dos outros homens.

Precisamos de uma atitude intelectual e moral nova, feita de compreensão e de cooperação.

Para atingir esse objetivo podem ser usados três métodos:

² Texto escrito por Piaget em 1931 e publicado no Brasil no livro Sobre a Pedagogia, organizado por Sílvia Parrat.

1. O ensino à juventude dos objetivos e da obra da Sociedade das Nações, através de ilustrações concretas.
2. Métodos ativos de colaboração internacional entre crianças: por exemplo o movimento dos escoteiros.
3. Reestruturação de todo o ensino: a educação é um todo e deve atingir à formação do pensamento e do coração, da razão teórica e prática.

A cooperação internacional só terá significação para a criança se for apresentado como a culminação de uma serie progressiva de cooperações sociais, morais e intelectuais, vividas em todos os aspectos da vida escolar e extra-escolar. A cooperação é um dos aspectos primordiais quando se fala na prática pedagógica em EA. Somente os indivíduos que exercitam a cooperação, o verdadeiro trabalho em equipe e conseguem enxergar para além de seus interesses exclusivamente pessoais, podem ser capazes de atos solidários com o outro e com o planeta.

Princípio 6: A EA deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e de integração das culturas.

Na concepção de Piaget (1932), a formação moral dos alunos precisa passar pelo exercício da construção de valores, regras e normas pelos próprios alunos entre si e nas situações em que sejam possíveis relações de trocas de pontos de vistas diversos. Quanto maiores e mais diversas forem as possibilidades de trocas entre as pessoas, mais amplo poderá ser o exercício da reciprocidade, a partir da qual quando o sujeito pensará no que pode ser válido, ou ter valor, para ele e para qualquer outro.

Torna-se importante lembrar que os Parâmetros Curriculares Nacionais, propostos pelo Ministério da Educação (1995), incluem a temática do meio ambiente como um tema transversal dos currículos escolares, permeando toda a prática educacional. Propondo então que seja tratado de modo integrado a outras áreas do currículo, como também ao contexto histórico e social no qual as escolas encontram-se inseridas. Não sendo algo diretamente pertinente às disciplinas e principalmente não havendo o hábito do professor de ocupar-se dele, pode ocorrer que o tema transversal seja visto não como um enfoque a ser colocado ao longo de toda a aprendizagem, mas como algo que aparece esporadicamente, interrompendo as demais atividades. Desta a diversidade cultural.

Segundo os PCNs, a EA, como um tema transversal do currículo precisa estar presente no cotidiano escolar, no trabalho da sala de aula o que torna clara a necessidade de se desenvolver novas práticas que definam também novos modos de pensar a educação.

O trabalho com EA na escola deve ser desenvolvido na ótica da construção de representações de meio ambiente que possibilitem ao aluno uma consciência global das questões relativas ao meio, para que então se assumam posições afinadas com valores referentes a sua proteção e melhoria.

Dentro desta perspectiva, porém, só se pode pensar em uma aprendizagem significativa, na qual o que se aprende esteja ligado ao que se vive, havendo possibilidades maiores de estabelecimentos de relações e extrapolações para outras situações tais como compreender problemas que afetam sua vida, a da comunidade, a do país, a do planeta.

Para Piaget, a aprendizagem deve ser centralizada na formação do sujeito ativo, que utiliza sua experiência e seu conhecimento para resolver problemas. Partindo deste pressuposto, os indivíduos, enquanto agentes - ou sujeitos de cognição - não recebem, ou não internalizam de forma passiva e estática as representações ou o conhecimento. No entanto, estabelecem uma relação interativa com os constituintes culturais e naturais, inventando linguagens e instrumentos de interação com o meio físico e social. Essa ideia é reforçada por Medina (2000, p. 25) ao afirmar que trabalhar com a EA:

Não se trata de ensinar sobre a natureza, mas de educar “para” e “com” a natureza; para compreender e agir corretamente ante os grandes problemas das relações do homem com o ambiente; trata-se de ensinar sobre o papel do ser humano na biosfera para a compreensão das complexas relações entre a sociedade e a natureza e dos processos históricos que condicionam os modelos de desenvolvimento adotados pelos diferentes grupos sociais.

Desta forma, além da relevância da temática ambiental, a Educação Infantil merece uma atenção especial como um nível da educação Básica que consiste na fase fundamental na formação dos valores que fundamentarão as atitudes e comportamentos dos sujeitos adultos.

Considerações Finais

Durante este ensaio foram apresentados subsídios para a reflexão acerca da importância da Educação Ambiental na escola com base nos estudos sobre o desenvolvimento moral Jean Piaget. Ainda na tentativa de ressaltar tais aspectos, lembramos que o ser humano tem uma peculiaridade: o mundo que o rodeia está fundamentalmente dentro de sua cabeça, em sua mente. Todo o conhecimento está organizado nesses modelos e dentro deles se realiza a ação. Então, não só se têm essas representações, como se age a partir delas (DELVAL, 2001).

Piaget utilizou o termo representações espontâneas para mostrar que a visão de mundo da criança é diferente da do adulto e principalmente da visão da Ciência. A existência dessas representações é de fundamental importância para a educação, pois interfere no ensino escolar (DELVAL, 2001, p. 48). Para Piaget (1932), as avaliações morais do que é certo ou errado podem ser vistas na Psicologia como fruto de julgamentos baseados em formas específicas de raciocínio que evoluem em estágios de desenvolvimento moral.

Ressaltamos que a Educação Ambiental apresenta em seu bojo aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e não que não queremos com este estudo inseri-la em uma corrente conservadora que trata da relação entre as questões ambientais e o ser humano somente pelo viés moral. A relação entre o ser humano e o ambiente é complexa, sendo o tema tratado neste estudo um dos aspectos que a compõe e que, portanto não deve ser ignorado mas sim valorizado, como parte importante desta rede.

A partir as constatações apresentada entendemos que a EA deve ser compreendida também como uma educação que tem como objetivo o desenvolvimento moral concomitante ao desenvolvimento cognitivo. E neste processo o papel da escola e dos professores é fundamental, não no sentido somente de trabalhar com a EA, mas de se questionar quanto a que EA está sendo desenvolvida junto às crianças.

Desta forma entendemos que o professor deve buscar saber o que os alunos pensam, utilizando-se disso como ponto de partida para a ação pedagógica da Educação Ambiental, auxiliando então a construir o conhecimento a partir do que os alunos já sabem e da compreensão do que precisam desenvolver individualmente e coletivamente, para que consigam colocar em prática no seu cotidiano que aprendem na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e da Cultura. *Parâmetros curriculares Nacionais: meio ambiente/ saúde*. Vol. 9. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

DELVAL, J. *Aprender a aprender*; trad. Jonas Pereira dos Santos. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998.

_____. *Aprender na vida e aprender na escola*; trad. Jussara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed editora, 2001.

LEFF, H. *Saber Ambiental, Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEDINA, N. M. *Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação - PROPACC – Proposta de participação para a construção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2003.

PIAGET, J. *A representação do mundo na criança*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record (s.d).

_____. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994.

PARRAT, S. (org.). *Sobre a Pedagogia – Textos de Jean Piaget*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *O que é Educação Ambiental?* São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAHEB, D. *A Educação Ambiental e a Pedagogia*. Dissertação de Mestrado. Universidade federal do Paraná, 2008.